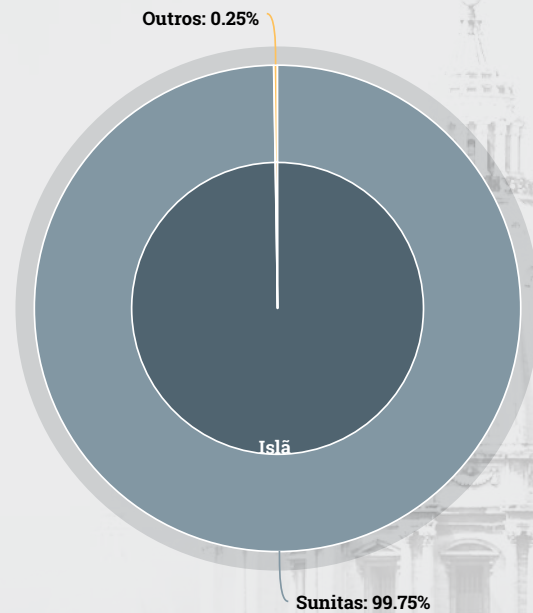
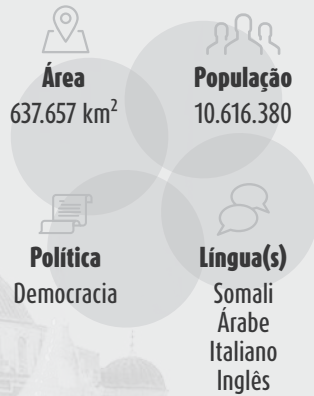


# Somália



De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais de 50% de todos os refugiados no mundo têm origem em apenas três países: Síria, Afeganistão e Somália.<sup>[1]</sup> Segundo os mais recentes relatórios, há um milhão de pessoas da Somália que fugiram das suas casas procurando abrigo. Muitas destas pessoas foram para o Quênia, a Etiópia e o Iêmen (para além do Golfo de Aden). Além disso, há comunidades maiores de refugiados somalis em inúmeros países no ocidente. Há 250 mil pessoas no Reino Unido e na América do Norte, e mais 50 mil na África do Sul e muitos mais são agora cidadãos dos países que os acolheram. Como consequência da elevada imigração, o subúrbio de Eastleigh, na capital do Quênia, Nairobi, e a cidade de Bellville, perto da Cidade do Cabo na África do Sul, são ambos referidos como 'Pequena Mogadíscio', uma referência à capital da Somália.<sup>[2]</sup>

A Somália não se tornou mais segura durante o período deste relatório. A guerra civil entre grupos étnicos rivais, que começou em 1991, continuou. A violência tornou esta parte do Chifre da África numa das regiões mais perigosas do mundo. O conflito também prejudicou as relações interreligiosas e quase pôs fim a todas as atividades religiosas não muçulmanas. Esta situação é agravada pelo aumento das forças islamitas e pelas secas recorrentes no país, que põem em perigo a vida das pessoas. Embora a força de paz africana internacional Missão da União Africana para a Somália (AMISOM) tenha sido enviada para a Somália em

março de 2014,<sup>[3]</sup> o país ainda está longe de ter alcançado uma paz estável nas suas três regiões parcialmente autónomas (Mogadíscio a sul, Somalilândia a noroeste e Puntlândia a nordeste).

A organização terrorista islamita militante Al-Shabaab desempenhou um papel fundamental nos violentos ataques ao longo dos últimos anos, incluindo nos países vizinhos.

## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Somália não tem uma autoridade central controlando todo o território nacional desde 1991. Uma Constituição federal provisória tem estado em vigor desde agosto de 2012, existindo de jure para todo o país, mas apenas de fato para as regiões sob controle do Governo em Mogadíscio. Esta Constituição consagra, entre outras coisas, a separação de poderes, uma ordem federal e direitos civis e humanos fundamentais, incluindo uma proibição da mutilação genital feminina que é particularmente prevalecte na Somália.<sup>[4]</sup>

[1] <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>

[2] Arquivo Munzinger 2016

[3] Associated Press, 'African peacekeepers arrive in Somalia, 1 de Março de 2007 ([https://web.archive.org/web/20070310123211/http://news.yahoo.com:80/s/ap/20070301/ap\\_on\\_re\\_af/somalia](https://web.archive.org/web/20070310123211/http://news.yahoo.com:80/s/ap/20070301/ap_on_re_af/somalia))

[4] Arquivo Munzinger 2016

O presidente é o chefe de Estado do país. Nomeia o primeiro-ministro e o Governo. Apesar de critérios claros que distinguem as duas funções no artigo 100º da Constituição somali, não há entendimento sobre os poderes exatos do presidente e do primeiro-ministro.<sup>[5]</sup> Um Parlamento com duas câmaras serve como poder legislativo.

Em relação ao estado da religião e da vida religiosa, as Constituições de todas as três subregiões da Somália estipulam o seguinte: o Islamismo é a religião do Estado e o presidente deve ser muçulmano; na Somalilândia, este requisito também se estende ao vice-presidente.<sup>[6]</sup> Em 2009, o presidente somali, xeque Sharif Ahmed, disse que iria ceder às exigências dos rebeldes e impor a lei da sharia.<sup>[7]</sup> Esta medida foi vista como sendo uma tentativa de pôr fim ao conflito entre as forças militares somalis e os combatentes islamitas. Embora atualmente a Constituição em vigor, que é a Constituição Federal Provisória, garanta direitos iguais para todos os cidadãos independentemente da religião a que pertencem, ao mesmo tempo ela também prevê que a legislação deve estar alinhada com a sharia.<sup>[8]</sup> Constituição Federal Provisória aplica-se a todos os cidadãos, independentemente da sua filiação religiosa. Consequentemente, até mesmo os não muçulmanos estão sujeitos a legislação que segue os princípios da sharia. Embora não seja explicitamente proibida, a conversão do Islamismo a outra religião é totalmente inaceitável nesta sociedade, que é influenciada pelo Islã.

A situação é semelhante na Somalilândia e na Puntlândia, onde as respectivas Constituições proíbem expressamente a conversão.<sup>[9]</sup> Os não muçulmanos também estão proibidos de chamar a atenção para a sua religião em público.

A instrução islâmica é uma disciplina obrigatória em todas as escolas do país, sejam elas públicas ou muçulmanas. Apenas umas poucas escolas não muçulmanas estão isentas deste requisito. Todas as comunidades religiosas devem igualmente registrar-se junto do Ministério dos Assuntos Religiosos.<sup>[10]</sup>

Em termos de jurisprudência específica, o seguinte aplica-se às três partes do país: na ausência de uma autoridade estatal central funcionando, foram desenvolvidas formas legais específicas orientadas em torno da lei tradicional somali e da lei islâmica a nível local e regional e que refletem as forças de controle em cada região. O poder judicial é constituído pelo Alto Comissariado de Justiça, por um Tribunal Supremo, por um Tribunal de Recurso e por tribunais de primeira instância. Os procedimentos contra as milícias islamitas do Al-Shabaab

são conduzidos em tribunais militares, apesar dos procedimentos e julgamentos destes serem criticados por ativistas dos direitos humanos. A pena de morte mantém-se como a sanção legal mais dura.

A guerra comprometeu seriamente a situação de segurança em todo o país durante anos. Embora os islamitas do Al-Shabaab tivessem sido expulsos de Mogadíscio com ajuda internacional, no momento em que escrevemos a organização cometeu inúmeros ataques, tanto em Mogadíscio como em outras partes do país.<sup>[11]</sup>

A situação de direitos humanos é desastrosa devido à longa guerra. Há execuções sem julgamento e frequentes ataques violentos contra grupos de pessoas e indivíduos. A proteção da população civil é desadequada, as mulheres e as moças têm sido sujeitas à mutilação genital. Graves violações dos direitos humanos são perpetradas na área de influência do Al-Shabaab, onde uma forma mais restrita da lei da sharia está em vigor, incluindo execuções e mortes por apedrejamento.

Embora não haja informação oficial sobre a filiação religiosa na Somália, não há dúvida que praticamente 100% da população é membro do Islamismo sunita.<sup>[12]</sup> As outras comunidades religiosas constituem apenas pequenos grupos, incluindo alguns cristãos que são frequentemente migrantes de países vizinhos, bem como muçulmanos xiitas. Cerca de 94% da população pertence aos somalis cushitic, que estão culturalmente ligados através da língua (somali) e da religião (Islamismo).<sup>[13]</sup> A sociedade está desdobrada em clãs e sub-clãs que remontam a duas linhas originais.

## INCIDENTES

A Somália é um país particularmente isolado. Por causa da frágil situação de segurança, exacerbada pela pirataria que prospera ao largo da sua costa, jornalistas e outros observadores raramente se atrevem a reportar a partir de dentro do país. Se houver qualquer notícia, ela vem da área de Mogadíscio, que é considerada relativamente segura.

Não há qualquer local de culto não muçulmano oficial na Somália. Quem quer que se converta do Islamismo a outra religião pode esperar ser excluído.<sup>[14]</sup>

Os cristãos determinados a realizar serviços religiosos devem recorrer a medidas não convencionais. Os Católicos, por exemplo, celebraram Missa em 2015 numa base militar nas instalações do aeroporto de Mogadíscio.<sup>[15]</sup> Desta forma,

[5] AllAfrica 'Somalia: Somali Constitution Clear On Roles of President, Prime Minister and Parliament,' 15 de Novembro de 2013 (<http://allafrica.com/stories/201311180388.html>)

[6] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report for 2014

[7] CNN 'Somali president bends to rebel demand for sharia law', 28 de Fevereiro de 2009 (<http://edition.cnn.com/2009/WORLD/africa/02/28/somalia.sharia/index.html>)

[8] ibidem

[9] ibidem

[10] ibidem

[11] Arquivo Munzinger 2016

[12] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report for 2014

[13] Arquivo Munzinger 2016

[14] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report for 2014

[15] [tp://de.radiovaticana.va/news/2015/12/27/somalia\\_weihnachtsmesse\\_auf\\_](http://de.radiovaticana.va/news/2015/12/27/somalia_weihnachtsmesse_auf_)

contornaram a proibição estrita do Governo de celebrar o Natal. A Missa, realizada na base das unidades da AMISOM, foi da iniciativa do Bispo católico Giorgio Bertin de Djibouti, Administrador Apostólico de Mogadíscio. O diretor-geral do Ministério dos Assuntos Religiosos da Somália, Xequê Mohamed Khayrow, disse à imprensa: “Todos os eventos relacionados com as celebrações do Natal e do Ano Novo são contrários à cultura islâmica, o que pode prejudicar a fé da comunidade muçulmana.”

As autoridades somalis já tinham proibido estritamente as celebrações do Natal e do Ano Novo em 2013.<sup>[16]</sup> A lógica de pensamento era que o país seguia o calendário islâmico. Em 2015, a razão apresentada foi que as celebrações de Natal poderiam provocar a ira dos extremistas do Al-Shabaab, que por sua vez poderia ser dirigida a muçulmanos na Somália. O Bispo Bertin disse que ficou surpreendido com a recente proibição: “É ridículo proibir uma celebração que de qualquer forma não foi celebrada em grande escala em público no passado.” O Bispo Bertin relatou que muitos somalis regressaram agora às suas casas vindos do estrangeiro. Os cristãos entre eles tinham-se habituado desde então a celebrar o Natal e gostariam de continuar a fazê-lo na Somália.

As hipóteses de uma abertura da sociedade somali são muito fracas. Desde 1991, quando o Presidente somali, Siad Barre, foi derrubado e surgiram lutas de poder entre várias milícias com base em clãs, o estado de guerra contínuo resultou em um milhão de mortos, o que deixou a Somália sem um Governo central em funcionamento que controlasse a totalidade do território do país.<sup>[17]</sup> O Governo nacional estabelecido em Mogadíscio no início de 2007 depende da presença da missão militar AMISOM aprovadas pela ONU e apenas controla algumas regiões do país. Outras regiões declararam independência, consideram-se autônomas ou estão sob controle das milícias do Al-Shabaab.

Em 2011, forças da AMISOM e do Governo conseguiram expulsar o Al-Shabaab de Mogadíscio. O Al-Shabaab foi também alvo de intervenções militares por parte do Quênia, em outubro de 2011, e da Etiópia em 2006-9 e novamente a partir de novembro de 2011. Desde então, têm sido realizados ataques aéreos com drones norte-americanos não tripulados e ofensivas por parte das forças da AMISOM e do Governo, num esforço para destruir o Al-Shabaab. O líder do grupo, Ahmed Abdi Godane, foi morto por um drone norte-americano em setembro de 2014.

O Al-Shabaab reagiu com ataques terroristas em Mogadíscio, no interior e no Quênia (em setembro de 2013, setenta e duas pessoas foram mortas num ataque a um centro comercial em Nairobi. Em abril de 2015, 148 foram mortas num ataque a uma universidade em Garissa) e no Uganda (em Julho de

2010, setenta e seis pessoas morreram num ataque a um restaurante em Kampala).

Os mais de 22 mil soldados da AMISOM, juntamente com tropas estacionadas na Somália pelo Quênia (2012) e pela Etiópia (início de 2014), receberam apoio dos Estados Unidos, das Nações Unidas e da União Europeia. Forças navais internacionais restringiram as atividades dos piratas somalis ao largo da costa que tinham assolado as águas do oceano Índico até às Seychelles e perto das Maldivas.<sup>[18]</sup>

Em setembro de 2014, um estudo do Heritage Institute of Policy Studies referiu que a situação em Mogadíscio tinha melhorado significativamente.<sup>[19]</sup> De fato, a primeira caixa automática de multibanco foi colocada em funcionamento em Mogadíscio em outubro de 2014. Pela primeira vez em duas décadas, foram novamente disponibilizados serviços postais e a China abriu uma embaixada. Mas, tal como inúmeros ataques do Al-Shabaab em Mogadíscio (com inúmeros mortos) tornam claro, espera-se que as milícias islamitas mantenham uma presença na capital. Em dezembro de 2014, por exemplo, o Al-Shabaab empreendeu um ataque à base da AMISOM em Mogadíscio. Em abril de 2015, vários funcionários da ONU morreram num ataque à capital da Puntlândia, Garowe. Na Primavera de 2015, houve mais ataques em Mogadíscio, incluindo um ataque ao Ministério da Educação.

O presidente Hassan Sheikh Mohamud, que está em funções desde setembro de 2012, em conjunto com os membros do Governo por ele nomeados, está em exercício sob a nova Constituição do país, que foi ratificada em 1 de agosto de 2012 com uma maioria clara de 825 membros da assembleia constitucional nomeada por anciãos dos clãs. Em meados de dezembro de 2014, Mohamud nomeou o antigo primeiro-ministro Omar Abdirashid Ali Sharmarke como novo primeiro-ministro.

O novo Governo de Sharmarke só tomou posse em fevereiro de 2015, após várias mudanças. A principal missão política do Governo continua sendo a reconstrução, o esforço de combater a corrupção e a estabilização da situação de segurança no país. Este é precisamente o maior desafio, em particular porque os ataques se tornaram mais frequentes desde meados de 2016. Por exemplo, até 300 pessoas foram mortas num ataque do Al-Shabaab à base da AMISOM em Halgan (região de Hiiran) em 9 de junho de 2016.<sup>[20]</sup> De acordo com relatos governamentais, mais de 240 combatentes do Al-Shabaab foram mortos num esforço de defender esta base militar. Segundo o Al-Shabaab, o ataque tirou a vida de cerca de sessenta soldados. Ambos os lados relataram números significativamente mais baixos das suas próprias perdas depois dos fatos. Um veículo cheio de explosivos atacou a entrada da base.<sup>[21]</sup> Depois se seguiu um ataque de dezenas de combatentes com pequenas armas e granadas. O ataque

---

milit%C3%A4rbasis/1196936

[16] Daily Nation, ‘Somalia bans Christmas celebrations – the Somali Government has banned celebration of Christian festivities in the country’ (<http://www.nation.co.ke/news/Somalia-bans-Christmas-celebrations/-/1056/2125192/-/152wtjrz/-/index.html>)

[17] Arquivo Munzinger 2016

---

[18] ibidem

[19] ibidem

[20] <http://de.reuters.com/article/somalia-angriff-idDEKCN0YV16D>

[21] <http://www.bbc.com/news/world-africa-36487435>

demonstra que o terrorismo islamita na Somália se mantém como uma ameaça potente hoje em dia, tal como nos últimos anos, apesar de pequenas melhorias na situação em torno de Mogadíscio.

## PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

---

Se a situação na Somália permanecer inalterada, é provável que o país esteja na lista de países classificados como “estados falidos”, à medida que a sua população foge em massa. Em 2014, a organização não-governamental norte-americana Freedom House deu à Somália a pontuação mais baixa possível nos direitos políticos e liberdades civis, classificando o país com um ‘7’ (escala de 1 = ‘livre’ a 7 = ‘não livre’). Em termos do Índice de Percepção da Corrupção publicado pela Transparência Internacional, em 2014, a Somália, juntamente com a Coreia do Norte, foi classificada em último lugar numa lista de 175 países classificados (com apenas oito pontos num total de 100). Em 2014, o Índice Global de Paz (GPI na sigla inglesa) publicado pela Vision of Humanity (Austrália) classificou a Somália, à frente do Iraque, Sudão do Sul, Afeganistão e Síria, em 158.º lugar em 162 países (índice 3.368 numa escala de 1 a 5).<sup>[22]</sup>

Não se pode assumir que estão reservadas melhorias visíveis para a pequena comunidade cristã da Somália num futuro próximo. Mas resta saber se a sociedade tem em conta a volta dos cristãos somalis. Eles ainda podem desempenhar um papel no surgimento de novas liberdades.

Também é pouco provável que o problema dos refugiados vá ser contido sem apoio estrangeiro. Um total de 224 mil pessoas abandonaram a África para atravessar o Mediterrâneo em barcos até à Europa, só de janeiro a junho de 2015.<sup>[23]</sup> Destes, 98 mil refugiados chegaram a Itália, com significativamente mais refugiados, 124 mil, chegando à Grécia. Durante o mesmo período, de acordo com as Nações Unidas, mais de 2.100 pessoas perderam a vida durante a travessia.

A grande maioria dos refugiados vem da Somália, entre os quais cada vez mais crianças e adolescentes não acompanhados que procuram segurança, tal como os seus companheiros adultos que fazem a travessia em direção à Europa. Só na Itália, entre janeiro de 2015 e o final de julho de 2015, mais de 8.600 crianças ou adolescentes vieram de barco de países como a Somália. Destes, 5.800 não estavam acompanhados. A maior parte destes jovens refugiados estão tentando ir ao encontro de seus pais ou familiares próximos em outros países europeus. Ao mesmo tempo, correm o risco de cair nas mãos de traficantes de pessoas.

É difícil imaginar que as pessoas vão ser permanentemente

conduzidas por uma política de asilo restritiva favorecida por alguns países da União Europeia, pois isto acaba não combatendo a raiz da fuga e da expulsão. Os Governos da África deveriam assumir muito maior responsabilidade. Contudo, também a Europa se deve perguntar a si própria se poderá fazer mais no futuro para combater as causas do êxodo em massa.

---

[22] Baseado no Arquivo Munzinger 2016

[23] UNHCR 2015